

IMPACTOS DO SISTEMA FINANCEIRO NOS EUA

Augusto Caccia Bava*

Tor Guimaraes**

Agradecimentos: os autores são gratos a Robert Goodson, Ming Huang e Jane Wall pela sua colaboração em importantes momentos da pesquisa da qual resultou este artigo.

Introdução

Do ponto de vista das teorias das organizações, uma das maneiras de ordenação da sociedade dá-se pela combinação de sistemas estruturadores, conforme a literatura corrente que se debruça sobre o estudo das relações entre finanças e sociedade. Três deles indicam os cenários econômico, político e social institucionalizados. Para os propósitos deste trabalho, a caracterização dessas relações, no nível econômico, pode ser subdividido em seus tradicionais sub-componentes, a saber: trabalho, estrutura física produtiva instalada e capital.

Contemporaneamente, participam da ordem instituída, os chamados sub-sistemas de informação, a saber: a gerência

* Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas, São Paulo e professor assistente doutor junto à FCL – UNESP – Araraquara.

** PhD. of Business Administration, Chair of Excellence and director of the Institute for Technology Management, Tennessee Technological University – Cookeville, Tennessee, USA.

Estudos de Sociologia

informatizada de recursos humanos, as organizações que, entre si, estabelecem parcerias e, por fim os seus concorrentes.

Neste ensaio, levaremos em consideração o sistema financeiro e suas articulações com as instituições políticas do Poder Legislativo e as instituições voltadas à prestação de serviços sociais. Diga-se, ainda, que o projeto político dominante, idealizado pelas forças sociais detentoras do capital financeiro é que essas três configurações mantenham equilíbrio, para abrangerem todas as expectativas de benefícios projetados para a sociedade. Nesse contexto político, apresenta-se a hipótese de que nenhum desses sistemas deve ser dominante, perante os demais existentes, para que se aprimorem as condições de existência de toda a sociedade, no seu todo.

Para nós, se impõe demonstrar o contrário: o que vem predominando e conduzindo os processos políticos, econômicos e sociais são interesses associados a corporações financeiras, que operam na direção oposta à almejada pelos teóricos dos sistemas de gestão institucionalizados.

Todo o sistema econômico internacional tem em seus representantes políticos instituídos – lotados nos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, predominantemente - as lideranças que operam os mecanismos públicos e privados de gestão, de toda ordem. Ambos, vem subordinando, direta e indiretamente, as políticas sociais institucionalizadas, sejam elas públicas estatais, filantrópicas, solidárias e até de organizações não-governamentais. Diante dessa constatação, devemos trazer evidências de que o sistema financeiro – econômico por decorrência – marca sua presença, de maneira diversificada, nas instâncias de decisões políticas e na sociedade civil, no seu todo. Secundariamente, oferecemos argumentos para que se evidenciem as conseqüências – muitas vezes chamadas de “efeitos perversos” (mas não por nós) – dessa relevante influência.

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

**As pressões financeiras sobre as instituições
políticas: um exemplo das práticas
corporativas norte-americanas**

Há três expressivas forças políticas atuando sobre as instituições públicas e privadas de gestão dos interesses dominantes: as que expressam o imperativo de se dar máxima prioridade ao equilíbrio orçamentário; as que se voltam à defesa da expansão acentuada dos fundos voltadas a campanhas políticas eleitorais e a intervenção de grupos políticos de pressão - lobistas. Dessa maneira, os temas relativos ao equilíbrio orçamentário recebem considerável atenção dos *experts* em economia, ao mesmo tempo em que torna-se voz corrente que as representações políticas instituídas, personificadas nos candidatos a postos públicos e nos eleitos, têm ficado adstritas, a projetos de grande significado pessoal, não coincidentes aos direitos constituídos de toda ordem, para se dizer o mínimo.

Segundo a Associação Nacional dos Distribuidores Atacadistas (NAW), dos Estados Unidos da América, os gastos públicos federais constituem o maior problema que atinge o setor. Essa associação advoga, por isso e firmemente, a regulamentação das despesas orçamentárias, que não atendam a seus interesses, como a medida maior que daria suporte ao Congresso Nacional, para que o este reordenasse as prioridades fiscais.

O sentimento expresso e compartilhado entre os integrantes dessa e de outras corporações é de que as o déficit orçamentário retira a capacidade da nação de financiar o desenvolvimento da produtividade e de promover acordos voltados à implantação das chamadas “melhorias tecnológicas” junto a todas instituições. De outra parte, a questão da reforma tributária no tocante ao crescimento da arrecadação vem gerando divergências na denominada “comunidade financeira”. Por essa razão, a Associação Nacional dos Distribuidores Atacadistas tem recorrido à prática

Estudos de Sociologia

de pressões políticas, junto à Comissão de Finanças do Senado norte-americano, sobre os aspectos contraditórios decorrentes da redução, como da sua elevação dos impostos. (Craddick,1992).

Recursos para os fundos de campanhas

O maior contribuinte na eleição presidencial de 1996 fora a Philip Morris. A gigante do tabaco encontrava-se no jogo do ‘tudo ou nada’ dependendo das ações do futuro Congresso que seria eleito. Philip Morris investiu 4,2 milhões de dólares nessa campanha, contribuindo para que, naquela eleição, a maior soma de recursos arrecadados fossem originários das corporações, de pessoas detentores de fortunas individuais e de empresas. (Buckley, 1997)

A razão era óbvia. As corporações haviam constatado que registrariam perda de prestígio se o governo eleito se engajasse em algumas iniciativas como a elevação de impostos, a imposição de novas regulamentações para o exercício de suas atividades, ou a elevação do “custo do trabalho”. Mas, claramente, a principal preocupação era com as possíveis e repentinas medidas do governo, contrárias a seus interesses.

A indústria norte-americana de computadores destinou, sozinha, 7,3 milhões de dólares para os comitês eleitorais, (“soft money”, dizem eles) como doação e contribuição complementar para partidos políticos e candidatos ao legislativo federal, ao longo dos anos eleitorais de 1995/96, segundo levantamento do Centro para Políticas Emergenciais (Center for Responsive Politics). (Leopold,1997)

Durante as eleições de 1995/96, as indústrias de seguros foram a terceira mais generosa força corporativa, destinando 14,5 milhões de dólares para os candidatos e partidos, numa estimativa total de contribuições, da ordem de 1,6 bilhões de dólares. (Prince, 1996)

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

É claro que, de qualquer maneira, essa não é uma característica de práticas exclusivas dos Estados Unidos da América. Autores expõem quadro semelhante em países asiáticos, como a Coreia do Sul, no qual, o passado presidente Roh Tae Woo confessou ter recebido 650 milhões de dólares, ilegalmente, para donativos aos representantes políticos institucionalizados. Além disso, o atual presidente Kim Young Sam fora rejeitado em decorrência do escândalo semelhante, a despeito de ele ter negado o recebimento de recursos. Mesmo com o reconhecimento do líder da oposição Lim Dae Jung de ter recebido milhões de Roh. (Backlash, 1996)

Retomando o tema original, é possível afirmar-se, até, que os custos decorrentes de políticas sanitárias e a campanha voltada a reformas financeiras tenham levado as corporações empresariais a considerar as eleições de 1991/92 como a mais crucial de todos os tempos. Espelha essa situação as contribuições recebidas pelos comitês de campanha, que se elevaram em mais de 50%. Nesse contexto os *PACs*, Comitês de Ação Política de lobistas junto ao Congresso norte-americano, que são conhecidos, também, por grupos privados de interação – os *PICs - Private Interactive Groups* garantem que as contribuições financeiras para as campanhas não influenciam, propriamente, a votação parlamentar. Antes, asseguram o acesso das corporações ao processo legislativo. (Judson, 1993). Mas essa metafórica afirmação foi, obviamente, contraditada pelas significativas práticas empresariais, dentre elas as apresentadas acima.

Outra ilustração encontra-se na indústria de alimentos dos Estados Unidos da América, que destinaram 41 milhões de dólares às campanhas para representantes-chaves junto ao Congresso, no sentido de evitar uma lei que geraria enormes problemas a esse setor. (Anderson, 1998).

O comitê de ação política das empresas estruturadoras do comércio – *Business Industry Political Action Committee* – recomenda, nesse contexto, cinco providências para que as empresas tenham maior envolvimento político:

Estudos de Sociologia

- Destinar contribuições financeiras;
- Independência nos investimentos;
- Envolvimento dos clientes;
- Manutenção de um sistema de comunicação interna;
- Propaganda dos seus ideais. (Lodge,1996)

Em outro momento, a Associação Nacional da Construção Civil, contribuiu com a quantia recorde de 1 milhão e 660 mil dólares, para os dois maiores partidos políticos e seus respectivos candidatos, ao longo da campanha de 1995/96. Desse esforço resultou a vitória do Comitê da Ação Política dos Construtores, elegendo 21 dos 27 senadores e 238 dos 276 congressistas, em novembro daquele ano, atingindo um percentual de adesão às suas causas de 77% no Senado e 86% em toda Casa. (Sichelman, 1997).

Assim, as contribuições de vários comitês de ação política aos congressistas cresceram significativamente, em decorrência de prática derivada, em larga escala, do desejo das corporações de sustentarem a produção de medidas institucionais mais tênues no contexto dos debates das reformas institucionais.

As vertentes das pressões financeiras sobre a sociedade civil

O sistema financeiro tem políticas traçadas para direcionar processos institucionais decisivos, acima e além dos Poderes Públicos constituídos. A ênfase mais forte é dada aos ganhos nos mercados de ações, seguida pela produção e difusão de tecnologia, que só se realiza, hoje, no contexto de políticas de gestão denominadas *downsizing* – processo compreendido no Brasil por enxugamento (às vezes com aspas) das unidades empresariais de todos os setores da economia, ou por ajuste estrutural, levado à cabo no interior de cada empresa. De forma

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

concomitante, emergem estratégias de imposição do regime de emprego temporário, que leva as empresas a uma busca de soluções de questões sociais, exteriores ao contexto do trabalho formal que implantam e que implica, paralelamente, na redução de financiamento de programas sociais governamentais. Dessa maneira, o sistema financeiro não abre mão da redução progressiva do chamado “ônus social” que sobre ele incide. Vejamos esta estratégia, ponto a ponto.

O ganho financeiro nos mercados de ações é, generalizadamente, aceito como a fonte dos maiores ganhos das empresas públicas. Tem precedência sobre empregados, comunidades e, até mesmo sobre o próprio movimento do mercado consumidor de produtos e serviços. Essa prática levou a duas ordens de processos: uma concentração de ganhos sem precedentes, fundada em expectativas gerenciais e uma enorme transformação de convicções instituídas.

Desse modo, a indústria da automação e as conseqüentes inovações tecnológicas se subordinam às políticas financeiras norte-americanas. Ambas exigiram um investimento da ordem de 40 bilhões de dólares, nos Estados Unidos da América, só em 1991, extensivos à União Européia e à região do Pacífico Asiático. Alguns autores argumentam que as tecnologias, como a microeletrônica, vão expandir o desemprego estrutural e mesmo a manutenção do desemprego permanente, junto a grande parcela de trabalhadores demitidos (Liberatore, 1997).

O sentido das inovações decorre do fato de a maioria das companhias norte-americanas estarem elegendo a automação como a alternativa mais viável para o enfrentamento do desafio da competição internacional e, uma das alterações levadas a cabo foi a introdução de robôs, que resultou, imediatamente, em desemprego. É, por isso, lugar comum afirmar-se que um robô substitui dois trabalhadores.

De sua parte, os sindicatos de trabalhadores já anunciaram um esperado declínio de seus membros associados e do seu poder de negociação junto às empresas junto às quais

Estudos de Sociologia

atuam, declarando sua atual impotência perante a história. (Personnel, 1988).

A automação programada, no interior do processo produção de tecnologia é de particular interesse para a teoria dos processos de trabalho, dada a sua relevância na gestão da redução da dependência empresarial perante os “blue-collar workers”, os nossos peões da linha de produção. Essa tecnologia foi utilizada para promover a desqualificação das ocupações vinculadas a operações de máquinas, não permitindo que trabalhadores exercitem controle sobre o processo de trabalho contínuo. Esse reconhecimento, já realizado por Kelly (1989), revelou que, da mesma forma a automação não permite que os operadores de máquinas desempenhem funções de programadores junto ao processo produtivo.

No contexto do processo produtivo dominante, as maiores vítimas, no interior das classes trabalhadoras, são os trabalhadores de maior idade e as mulheres. Promove, associada a essa vitimização uma crescente polarização entre categorias com alta qualificação profissional e com baixa qualificação, provocando a interrupção de qualquer perspectiva de ganho de capacidade profissional entres esses últimos. No Brasil, esse processo coloca em crise algumas políticas de formação profissional como o esclarece por Caccia-Bava (1995 – ver particularmente o capítulo III, onde se questiona o conceito de “ilhas de excelência”).

As mesmas políticas financeiras, voltadas à expansão da automação e do desemprego estrutural iluminam a prática de gestão chamada *dowsizing*. A perspectiva de expansão das taxas de juros se associa à redução do número de postos de trabalho. Como nova e massiva estratégia global, os cortes de postos se expandiram junto à *Apple Computer* que reduziu à metade seu *staff* na área de propaganda e comunicação e realocou, nessa nova ótica produtiva, 150 milhões de dólares. A *Seagate Technology* anunciou a extinção acelerada de 10% de seus postos, globalmente – cerca de 10000 trabalhadores – em 1998. A

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

New York City Health and Hospital Corporation planejou a eliminação de 8000 postos de trabalho até 1996, como parte do seu “esforço” de contenção de custos e na perspectiva de superar a expectativa de um déficit de 500 milhões de dólares, em 1997. A Empresa transnacional *E.I. du Pont de Nemours & Co.* cortou 1500 empregados de seus quadros. A AT&T anunciou a eliminação de 40000 empregos – 13% de sua força de trabalho, nos próximos três anos, destacando-se como o terceiro maior *dowsizing* desde 1992, segundo MacCarthy (1996).

Na Europa, a empresa holandesa Shell reestruturou todo o seu setor químico, para tornar seus processos de trabalho mais flexíveis e reativos às mudanças do mercado. Nessa manobra 1200 dos 3200 empregados perderam emprego. Surpreendentemente, nos últimos dez anos, os Estados Unidos da América eliminaram 3 milhões de empregos qualificados vinculados a funções administrativas, segundo Sanders (1997).

O recurso ao chamado trabalho temporário, metáfora para desregulamentação de regimes de trabalho que trazem proteção jurídica e social aos trabalhadores qualificados, continua a crescer, neste contexto político, exigindo pesquisas sobre as resultantes, as conseqüências dessa desestruturação, do que Burawoy (1987) denominou “relações na produção”. Nesse contexto, autores falam em “tendência” ao emprego temporário acompanhada de redução dos financiamentos de programas denominados “sociais” que, na verdade, atenderiam às exigências institucionais de garantias de direitos civil constituídos. Estamos, assim, diante de uma avassaladora onda de desarticulação das relações sociais da produção construídas, ao longo de séculos, sob a égide do capital produtivo e de uma nova hegemonia do capital financeiro, construída aquém dos Direitos Humanos, que vem sendo experimentada no ano em que se completa o cinquentenário do reconhecimento da universalidade do direitos sociais fundamentais.

Essa hegemonia se universaliza, na Ásia, de forma dominante no Japão, país no qual se identifica a existência de

Estudos de Sociologia

2399 agências de emprego temporário, que congregam 400000 empregados em suas estruturas e 180000 empresas clientes que mobilizam 550 bilhões de ienes por ano, segundo Hulme (1996).

Para os brasileiros, há um dado que não permite termo de comparação, mas para os norte-americanos é assustador constatar que, apesar da economia dos Estados Unidos da América ter gerado 13,6 milhões de empregos, em tempo integral, entre os anos de 1979 e 1989, e que, perto de 5 milhões desses empregos gerados remuneraram, cada trabalhador, abaixo de 250 dólares por semana, ou 13000 dólares por ano, contabilizados após os devidos ajustes inflacionários. Para um país que define um salário mínimo de, aproximadamente, 1200 dólares por mês, essa queda corresponde a uma perda anual de 2400 dólares, quanta significativa para um cidadão norte-americano. Esses são dados do Departamento do Trabalho, correspondente ao Ministério do Trabalho brasileiro revelaram, como divulgou O'Reilly (1992).

Outros autores recolhem evidências, em abundância, de milhões de mães solteiras e de famílias de imigrantes, levadas à pobreza em decorrência da remuneração inferior do seu trabalho, desrespeitando limites esperado para a vida, em condições de bem - estar, como argumentou Berstein (1997).

De outros países já emergem manifestações de contestação e resistência a essas políticas. Uma delas se apresentou como movimento de luta contra os corte no setor educacional, como o ocorrido em Londres, motivado pela retirada de 500 milhões de libras esterlinas, já no ano de 1995, segundo Dean (1995).

As regras das corporações e seus impactos

As organizações financeiras recorrem, freqüentemente, a práticas de indução política das autoridades públicas a legislar a seu favor. Isso é óbvio. O que não é comum reconhecer-se é a

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

proporção das leis produzidas, vale dizer o tempo das práticas parlamentares instituídas gasto na realização dos interesses financeiros hegemônicos das corporações.

A indústria de alimentos norte-americana exemplifica: destinou 41 milhões de dólares para as campanhas eleitorais de parlamentares, na perspectiva de evitar a aprovação de restrições à produção de gêneros alimentícios cujos prejuízos à saúde vem se evidenciando, como o denunciou Anderson (1998).

Do ponto de vista da rentabilidade financeira dos empreendimentos corporativos, tomada do ângulo da associação entre estratégias empresariais e capacidade de intervenção de um ordenamento jurídico-político que as sustentem, nada decorre de simples evolução das relações espontâneas do mercado mundial, ou da concentração, também simplesmente, da chamada “massa crítica” em determinado setor produtivo voltado a inovações tecnológicas, de qualquer país.

A lógica de expansão do capital financeiro, desde 1926, vem indicando ganhos decorrentes da lucratividades promovida pelo mercado de ações, da ordem de 11% ao ano, tomando-se como limite superior o ano de 1997. Antes de 1982, o retorno das aplicações financeiras era de 8,8% e desde agosto de 1992 a média anual mais que dobrou, chegando a 19,3% ao ano, como aponta Sloan, (1998).

Esse crescimento percentual repercute, positivamente, na expansão das atividades das corporações e no fortalecimento do mercado financeiro norte-americano. No entanto, na base da sociedade civil estadunidense, os impactos são de outra ordem. Mais de 26% das crianças norte-americanas vivem em famílias monoparentais – presidida apenas pelo homem adulto ou a mulher adulta; 61% das crianças tem ambos os pais integrados à força de trabalho em atividade. Mais da metade dos matrimônios se desfizeram. Cada vez menos, os empregos permitem ganhos correspondentes às necessidades básicas dos cidadãos norte-americanos; 32 milhões de cidadãos não têm seguro de saúde.

Estudos de Sociologia

de. Mais de 100 milhões de crianças entre 05 e 14 anos de idade ficam sem atenção de adultos no período em que não freqüentam as aulas; 20% das crianças vivem em situação de pobreza. Meio milhão de adolescentes do sexo feminino tem filhos, a cada ano; cresce o número de adolescentes do sexo masculino que morrem em consequência de disparos de armas de fogo. E, finalmente, meio milhão de jovens se retiram da escola a cada ano. (Anonnymous, d; 1995).

O sistema financeiro transformou o “estilo de vida” norte-americano, nos últimos vinte anos. Os partidos políticos também carregam suas responsabilidades sobre esse processo, que se implanta no contexto das relações sociais instituídas. O desrespeito às mulheres é institucionalizado. Por exemplo, o Partido Republicano propôs a redução de 145 dólares sobre as penalidades das empresas que incidam sobre mulheres casadas. Para os representantes do trabalhadores norte-americanos essa medida foi tomada como um insulto à instituição do casamento e aos 2/3 do total de mulheres que trabalham fora de suas casas, como relatou Banks (1995).

Mas, talvez, a agressão maior esteja sendo promovida contra as novas gerações que, durante seu processo de formação escolar, trabalham nas fábricas e nos escritórios. Os Estados Unidos destinam 6,8% de seu PIB à educação, valor insuficiente para sustentação da qualidade do ensino básico no país. Estudos realizados, desde os anos oitenta, revelaram que o sistema educacional norte-americano encontrava-se deficiente. Os alunos avaliados não reuniam conhecimentos básicos para competirem com jovens de outros países do Norte, ou para tornarem-se cidadãos conscientes. Ou seja, a estrutura educacional do país sofre de deficiências na capacitação técnica e na formação política das novas gerações. Aliás, é o que em anos mais recentes já destacou a pesquisadora Marion Pines (1997) ao afirmar que o governo norte-americano tem que se convencer que não basta a instrução técnica para os jovens, se eles não são capazes de refletir sobre a instabilidade social presente nas cidades

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

onde vivem, em termos de desemprego, pobreza, desequilíbrios ecológicos, defesa civil, entre outros.

Além disso, pesquisadores do Sar Levitan Center of Social Policy Studies, sediado em Baltimore, têm analisado os impactos da saída dos jovens da rede escolar de ensino, por eles caracterizado pela expressão: “out-of-school, out of luck” . O drama da exclusão social, parece ter superado as fronteiras do hemisfério sul. Ela existe, sem dúvida e de forma gritante nesta cidade de cerca de 650 mil habitantes, distante pouco mais de meia hora de Washington.(Adrew Sum, 1997).

Conclusão

As análises de pesquisadores norte-americanos e outros aqui expostas indicam, hoje, que as pressões do sistema financeiro sobre os distintos processos, que se desenvolvem no universo da produção encontram-se fora do controle político institucional do país, a despeito de se realizarem dentro da legalidade.

À semelhança de alguns países “emergentes”, como o Brasil, o Perú, entre outros, verifica-se no interior da sociedade norte-americana a deterioração das relações sociais, que tornam-se base de manipulação de mecanismos financeiros de gestão dos serviços públicos ou privados contratados.

As práticas democráticas de exposição de políticas institucionalizadas e de defesa de interesses públicos têm suas forças em declínio. A aparência desse processo estrutural de esgotamento de conteúdo político associado ao distanciamento de direitos universais reflete a perda progressiva de representatividade das instituições políticas públicas.

Hoje, o processo caminha para a produção de uma contradição, que sintetiza as tensões existentes no horizonte dos impactos financeiros sobre a sociedade. A contradição se constitui nas práticas políticas sustentadas na lógica dos grupos de interesses, vinculados a corporações patronais transnacionais

Estudos de Sociologia

e nacionais, nas corporações de trabalhadores e partidos políticos, de um lado e, de outro, nas práticas políticas que emergem de movimentos enraizados em grupos de excluídos dos direitos já reconhecidos como legítimos mas impedidos de serem praticados, como os movimentos negros, os sem-terra, os sem-teto, os integrantes da etnia Chiapas, entre outros.

Essas duas lógicas, postas em prática, fazem com que emergjam dois distintos sistemas de comunicação, duas distintas concepções de cidadania e múltiplos processos culturais. Uma dessas lógicas opera no sentido de afirmar os sistemas de comunicação presentes, que se diferenciam nos aspectos que envolvem a busca de difusão de ideologias distintas, em torno do caráter de uma cidadania denominada, por vezes, responsável, mas que na verdade, pretende-se seja subalterna, num processo de formação de opinião voltado ao fortalecimento da ordem constituída e instituída.

A segunda lógica não nega mecanismos de comunicação, como a *internet*, mas se distancia da lógica do interesse, da aceitação passiva, sem mais, dos discursos voltados à defesa de políticas públicas, só reconhecidas como significativas. Propugna por uma ética que atenda ao combate da exclusão social. Esse segundo sistema, que constrói seus meios de comunicação, busca afirmar a possibilidade da emancipação social, distante de interesses corporativos e longe de pragmatismos. É um sistema que se apresenta sem forma política definida, caracterizados, metaforicamente, por muitos autores, como novos sujeitos emergentes.

Ainda são difusas as formas políticas que ambos sistemas vem assumindo, pois, progressivamente, elas vem prescindindo das clássicas representações políticas partidárias e institucionais. Tanto o de defesa dos interesses dominantes, como o de defesa da emancipação buscam, em distintos territórios políticos legitimidade. Em alguns momentos, indicam que a nação não se constitui mediação fortalecedora de direi-

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

tos, tampouco os Poderes Públicos. Por vezes, apontam que o território prioritário de realização de seus projetos são plataformas de produção de mercadorias e serviços, ou campos bem demarcados de luta pela emancipação.

O novo contexto político exige, também, uma análise pormenorizada, das suas formas de manifestação culturais, que não foi pretendida no presente ensaio. Mas, elas parecem emergir como sendo configuradoras de um enorme espaço de disputa entre culturas de entretenimento, desde as tradicionais formas televisivas até o mais sofisticado turismo ecológico e culturas emancipatórias, desde os movimentos étnico-culturais, de mulheres, de jovens e de despossuídos de toda ordem. As políticas culturais na globalização será objeto de nossa atenção futura.

Bibliografia consultada

- ANDERSON, Curt “Industry curbing food safety?”. **Herald-Citizen**, Cookeville, TN, feb. 27, 1998, pp. 22.
- ANONNYMOUS, d. “Out-of school youth by Sex , 1960-2025”. 1995. **UNESCO**, via internet.
- BANKS, Howard “What does Washington have agenst two-income families?”. **Forbes**, vol. 156, no.2, july 17, 1995, pp. 37.
- BERSTEIN, Aaron “Off Welfare – and worse off”. **Businnes Week**, dec. 22, 1997, pp. 38.
- BUCKLEY, William F. Jr. “Political miney: what for?” **National Review**, vol 49, no 25, dec 31, 1997, pp. 62.
- BURAWOY , Michael. **Politics of Production**. London ,Verso, 2nd edition, 1987
- CACCIA-BAVA, Augusto Jr. **A formação cultural dos jovens para o trabalho: pra que isso?** .Tese de doutorado. Campinas, UNICAMP,1995, pp. 250
- CRADDICK, Peter “Congress vs. business: who’ll win the fight?”. **Industrial Distribution**, vol.72, set. 1992, pp. 4.

Estudos de Sociologia

- DEAN, Clare "Protesters unite to face dow critics". **Times Educational Supplement**, no. 4135, sep. 1995, p. 4.
- HULME, David "Temps catch on in Japan". **Asia Business**, vol 32, no. 04, april 1996, pp. 57-58.
- JUDSEN, Lucy "Healthcare PACs increase donations as factions work to gain" **Modern Healthcare**, Vol. 23, June 28, 1993, pp. 35-37.
- KELLY, Maryellen R. "Unionization and job design under programmable automation" **Industrial Relations**, vol 28, spring 1989, pp. 174-188.
- LEOPOLD, Georg "Tech firms push campaign funding". **Electronic Engineering Times**, sep. 8, 1997, pp. 25.
- LIBERATORE, Matthew J. "Automation, AI and OR: in search of the synergy and publication priorities". **European Journal of Operational Research**, vol. 99, june 1, 1997, pp. 248-255.
- LODGE, Stephen "Involvement now pays off later". **Candy Industry**, vol 161, oct. 1996, pp. 20.
- MACCARTHY, Shira "Downsizing era continues as AT&T gives 40 000 the boot". **Telephony**, vol. 230, jan. 8, 1996, pp.8.
- MERVOSH, Edward M. "Remaking a model economy". **Industry Week**, june, 23, vol. 246, 1997, pp. 28-34.
- O'REILLY, Brian "The Job Drought". **Fortune**, vol. 126, no. 04, aug 24, 1992, pp. 62-74.
- PINES, Marion "Moving into the mainstream: making connections for disconnected youth". In **A generation of challenge: pathways to success for urban youth**. Baltimore, Sar Levitan Center for Social Policy Studies, 1997, 124-142.
- PRINCE, Michael "Insurance funds flow to campaigns". **Business Insurance**, vol. 30, oct. 28, 1996, pp. 1-2
- SANDERS, Bernard "What's really going on with the economy? ". **USA Today**, vol. 125, n. 2622, march 1997, pp. 18-20.
- SICHELMAN, Lew "Build-PAC spent record amount in last elections". **Professional Bilder**, april, 1997, vol. 62, pp. 32.
- SLOAN, Allen "Nice Triple Play". **Newsweek**, dec. 29, 1998, vol. CXXXI, n. 1, p. 62.

Augusto Caccia Bava e Tor Guimaraes

SUM, Andrew (org) **Out-of-school, out of luck?: demographic and structural change and the labor market prospects of at risk youth.**
Baltimore, Sar Levitan Center for Social Policy Studies, 1997.

Estudos de Sociologia